

As Sagas de Harald e de Egil: O Governo do Rei na Noruega

Benjamin Constant Vianna Corrêa

Monografia de Graduação
Brasília, dezembro de 2014

As Sagas de Harald e Egil: O Governo do Rei na Noruega

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História, sob a orientação da Prof.^a Dra. Cláudia Costa Brochado.

Benjamin Constant Vianna Corrêa

Dedico este trabalho a Benjamin.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Cláudia Brochado por aceitar me orientar neste trabalho, no mínimo, exótico. Agradeço toda a atenção e orientação, das quais pude aprender muito. Agradeço grande contribuição da professora Maria Filomena Coelho. Estendo essa gratidão à professora Patrícia Boulhosa, da Universidade de Cambridge, que me ofereceu inestimáveis ajuda, conselhos e indicações de material.

O gado falece,
O homem falece,
Nós mesmos falecemos,
Mas o bom nome,
Nunca falece,
Daquele que fez bem.

- *Gestaþátr in Hávamál*

Não precisas ser um trol para resistir bem a um ferimento e lutar enquanto puderes.

– *Gunnlaugs saga ormstungu*, cap. 6.

RESUMO

O processo que culminou com a reunião dos diferentes povos que compõem a atual Noruega, sob um único rei, é visto como consolidado a partir do final do século IX e início do X. Para a historiografia, esse processo inicia-se e conclui-se com Harald Hårfagre, após uma sucessão de combates e conquistas. Embora se perceba a existência de um poder superior, ou central, este existe apenas na condição de ser reconhecido pelo povo, que se baseia na sua tradição para validá-lo. A análise dos elementos-chave que compunham a história de Harald através das sagas permite compreender de que forma o poder do monarca e a construção de seu reino eram representados. Apesar de a historiografia moderna rejeitar completamente as sagas como retratos da realidade, as mesmas possuem significado e valor historiográficos. São produto da cultura oral de uma sociedade e ao se entender a importância da narrativa como memória coletiva, as sagas se transformam em documentos que registram os valores positivos e negativos que justificam e legitimam o poder.

Palavras-chave: Noruega, vikings, unificação, poder, Harald, sagas

ABSTRACT

The process that led to the gathering of the different peoples that form present-day Norway, under a sole king, is seen as consolidated from the end of the ninth and early tenth centuries. For historiography, this process begins and ends with Harald Hårfagre, after a succession of battles and conquests. Although it is possible to read a superior power, or a central one, it exists solely under the condition of its recognition by the people, which validates it based on its own traditions. The analysis of key elements that compose the story of Harald through the sagas allows us understanding of how the power of the monarch and the building of his kingdom were represented. Although modern historiography completely rejects the sagas as depictions of reality, they do have historiographical meaning and value. They are products of the oral culture of a society and by understanding the importance of this narrative as collective memory, the sagas become documents that record the positive and negative values that justify and legitimise power.

Keywords: Norway, Vikings, unification, power, Harald, sagas

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Egla	<i>Egils saga Skalla-grimsonar</i> ¹
HrkHH	<i>Haralds saga ins hárfagra</i> , em Heimskringla ²

¹*Egil saga Skalla-Grímssonar*. Disponível em: https://wikisaga.hi.is/index.php?title=Main_Page. Acesso em: 07 nov. 2014

² STURLUSSON, Snorri. *Haralds saga ins Hárfagra* em *Heimskringla*. Disponível em: <http://www.heimskringla.no/wiki/Heimskringla>. Acesso em: 07 nov. 2014

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO PRIMEIRO	13
1.1 Disposições Preliminares	13
1.2 Geografia	14
1.3 Nacionalismo	15
1.4 Harald e a transformação da sociedade norueguesa	16
1.5 O rei e as estruturas de poder.....	18
1.6 A <i>Ping</i> nas Sagas	20
CAPÍTULO SEGUNDO	23
2.1 <i>Ríki</i>	23
2.2 Os <i>jarlar</i>	25
2.3 A questão das <i>óðal</i>	27
2.4 A boa-sorte de Harald	29
2.5 Das motivações de Harald	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

O processo que culminou com a reunião dos diferentes povos que compõem a atual Noruega, sob um único rei, é visto como consolidado a partir do final do século IX e início do X. Para a historiografia, esse processo inicia-se e conclui-se com Harald Hårfagre, após uma sucessão de combates e conquistas. Uma carreira de conquistador que ele começou sendo rei de Vestfold, região que herdou de seu pai, entrando para os anais da história como o primeiro rei de uma Noruega unida sob um único monarca. Entretanto, os relatos dos acontecimentos que levaram à unificação são escritos depois de transcorridos três séculos.

Entre tais relatos destacam-se, sobretudo, os excertos e códices conhecidos como sagas, coletâneas de histórias e contos do povo escandinavo, onde se relatam as aventuras e lendas desses germânicos. Esta monografia visa a analisar os eventos narrados em duas dessas sagas islandesas: a *Haralds saga hins hárfagra*, contida no livro *Heimskringla*, e a *Egils saga skallagrímsonar*. As duas fontes principais selecionadas foram escritas no século XIII. A saga de Harald é da autoria de Snorri Sturluson, e da outra não se conhece o autor. Ambas as edições utilizadas neste trabalho são fruto de um esforço coletivo de diversos autores³ na tentativa de transcrever os documentos originais e torná-los acessíveis ao grande público.

Para este trabalho, utilizaram-se as fontes originais, na língua nórdica. Partiu-se das línguas norueguesa e dinamarquesa, às quais se juntou o conhecimento das estruturas gramaticais e fonológicas das línguas islandesa e nórdica, ajudados ainda por aspectos de linguística, o que tornou possível analisar as sagas na língua em que foram escritas.⁴ A decisão de recorrer às edições dos originais teve por objetivo evitar traduções nem sempre fiáveis, ou que tendem a recorrer a vocabulário anacrônico,⁵ como eventualmente se constata em documentos traduzidos das chamadas línguas mortas. As traduções apresentadas ao longo do trabalho são nossas, excetuando-se algumas versões/traduções inglesas, às quais se recorreu a título de comparação, e que estão devidamente assinaladas e identificadas.

Optou-se pela utilização dos topônimos e nomes de pessoas em sua grafia original, na língua nórdica, exceto com relação a Harald. No original, o nome do rei grafa-se *Haraldur hárfagri Halfdansson*, mas optou-se por conservar a versão pela qual é amplamente conhecido

³ Em sua maioria, os autores são vinculados à University of Iceland, de Reiquiavique. Entretanto, os projetos em si não são diretamente vinculados à Universidade.

⁴ No intuito de preservar a correção e a coerência das traduções, foram utilizadas também as traduções para o inglês feitas pelos autores. Essas traduções serviram como guias.

⁵ Para ilustrar esta afirmação adianto o uso da palavra *riki*, cognata da palavra *Reich* em alemão, que não possui tradução simples e é constantemente, para não dizer convenientemente, traduzida como “reino”.

na historiografia ocidental.

A palavra “saga” provém da língua nórdica antiga⁶ e pode ter dois significados: o primeiro refere-se ao que “foi dito” ou a uma “sentença”; o segundo pode ser “estória”, “conto” ou “história”.⁷ Trata-se, então, da memória coletiva do povo escandinavo, onde se recontam batalhas, viagens a mundos fantásticos, contendas entre famílias e até mesmo conflitos entre os deuses e outros seres mitológicos. Portanto, a utilização desse tipo de fonte pelo historiador deve levar em consideração essa fusão entre o real e o imaginário, e, no caso desta monografia, pretende-se analisar a construção da lenda de Harald com base nesse aspecto, de forma a compreender de que maneira se constrói a imagem do rei, no exercício do poder. Não se trata de uma comparação entre o que teria sido a Escandinávia e o que imagina o autor da saga, mas sim uma análise de como a fonte apresenta as estruturas da sociedade daquela época e de como Harald governava.

Ao se estudar a unificação da Noruega e os períodos que se seguiram ao de Harald é possível perceber que esse evento não estruturou o reino de forma total e completa, embora tenha mudado a ordem anterior, dando início a uma nova configuração política. Assim, a nova ordem era, em certa medida, a continuidade da anterior, ao mesmo tempo em que a modificava. A mudança das estruturas ocorre diretamente vinculada às velhas tradições, pois os aparatos do poder continuam existindo, bem como a tipologia dos vínculos coercitivos entre os atores do poder. Entretanto, a sociedade começa a apresentar transformações que afetam essas estruturas de poder.

O objetivo principal deste trabalho é tentar compreender como o rei exercia o poder, por meio da narrativa das fontes, procurando o significado dos conceitos na própria lógica do discurso. Esse aspecto é especialmente importante porque permite desvendar os significados políticos de algumas palavras-chave em seu contexto histórico, evitando a contaminação por significados políticos da nossa contemporaneidade, e também por significados medievais oriundos dos reinos cristãos ao sul da Escandinávia, uma vez que a realidade política vivida na península nórdica era bastante específica.

Embora se perceba a existência de um poder superior, ou central, este existe apenas na condição de ser reconhecido pelo povo, que se baseia na sua tradição para validá-lo. Ao mesmo tempo, a cultura desses nórdicos assenta-se numa concepção de legitimidade que

⁶ Também chamada de língua islandesa medieval.

⁷ VIGFUSSON, Gudbrand (org.). *An Icelandic-English Dictionary Base on the MS. Collections of the Late Richard Cleasby – Enlarged and Completed*. Oxford : Clarendon Press, 1874/ 1957. Disponível em: <http://norse.ulver.com/dct/cleasby/index.html>. Acesso em: 07 nov. 2014

necessita do estabelecimento de laços de reciprocidade para legitimar o poder do soberano. A dinâmica de recompensa e apoio mútuo entre o poder coercitivo e a sociedade que se lhe subordina está amplamente retratada nos eventos narrados pelas sagas.

Embora uma análise política deva considerar um amplo espectro de conceitos políticos, selecionaram-se apenas alguns das sagas, mas que permitem compreender a dinâmica e constituição da sociedade norueguesa, por fazerem parte do cotidiano das relações de poder. Noções como domínio, hierarquia, relações de poder, poder sobre a terra e até mesmo a sorte compõem esse leque. Será analisada também a relação de apoio mútuo mencionada e o papel fundamental do poder local e seus subordinados.

Nas sagas, o rei personifica a mudança que transcorre ao longo da segunda metade do século IX. Este momento marca o surgimento de figuras que passam a deter mais poder do que era costume, mas sem romper completamente com o *status quo* anterior. Este trabalho tem como ponto de partida essa imagem de um poder que começa a consolidar-se nesta transformação, mas sem jamais assumir que Harald instituiu um poder régio inteiramente centralizado e absoluto.

Como base bibliográfica, para auxiliar no estudo das fontes e em sua interpretação, usaram-se autores clássicos da área, como Gwyn Jones e Else Roesdahl, e outros que se focam mais sobre a história da consolidação da Noruega, como Sverrir Jakobson e Sverre Bagge. É opinião comum entre os historiadores a importância de Harald para o processo de união dos povos noruegueses, embora ele não seja o rei absoluto de uma Noruega unificada, como se entende na contemporaneidade, mas, sim, um rei com poder superior aos demais na Noruega.

A monografia divide-se em dois capítulos. O primeiro dedica-se a analisar a construção das configurações geopolíticas da Noruega viking e como parte delas é retratada nas duas sagas. O segundo apoia-se no pano de fundo traçado no capítulo anterior e aprofunda o significado de alguns dos episódios narrados, com base nos principais conceitos políticos utilizados. Sempre que possível, tentou-se estabelecer um diálogo entre ambas as fontes, para perceber os pontos de contato entre as narrativas e eventualmente complementar informações sobre os eventos.

Por fim, cabe ressaltar que esta monografia pretende ser o início de um projeto de pesquisa mais amplo acerca do tema, que se desenvolverá em nível de pós-graduação. Por enquanto, é apenas um exercício de análise de duas fontes primárias muito importantes para a temática, e que ajudará a formar uma base científica e de erudição necessárias para ulterior aprofundamento.

CAPÍTULO PRIMEIRO

Este capítulo propõe-se a analisar alguns episódios narrados nas sagas escolhidas de forma a estabelecer uma base para estudar, no capítulo posterior, os conceitos, simbologias e significados importantes para entender o exercício do poder do rei. A análise das sagas será iniciada por meio de uma breve exposição do panorama geográfico da Escandinávia, bem como da sociedade e do aparato político de seus povos.

1.1 Os primórdios

O ano de 872 entrou para o imaginário e para a mitologia norueguesa como aquele em que Harald Hårfagre,⁸ se tornou o primeiro rei de toda a Noruega, uma terra então unificada. Outrora uma geografia dividida em pequenos territórios controlados pessoalmente por *jarlr*,⁹ *konungr*¹⁰ e *höfðingja*,¹¹ o mito da construção da nação norueguesa origina-sena batalha de Hafrsfjord, identificando-a ao momento da submissão ou derrota definitiva desses pequenos líderes e à unificação do território sob o domínio de Harald.

Mas, com anterioridade, é preciso lembrar que os nórdicos nunca conheceram o poder central de Roma,¹² pelo que tampouco viveram a experiência política do Império Carolíngio ou do Reino Visigodo. Da mesma forma, a cristianização tardia dos territórios escandinavos, concluída em meados do século XI, impede qualquer explicação política do papel de Harald e de seus contemporâneos que se assente no “direito divino de governar”, embora nos reinos do sul a teologia política cristã estivesse na base da dominação política como principal discurso legitimador e unificador nesse período.¹³

⁸ Haroldo Cabelo Belo.

⁹ Um título sem equivalente exato na hierarquia da nobreza e nas línguas modernas; o homônimo *earl*, em inglês, equivale a duque.

¹⁰ Reis.

¹¹ Chefes de clã.

¹² Embora a arqueologia aponte evidências sobre trocas culturais entre os povos escandinavos e o Império, peças de ouro, táticas adotadas pelos mercenários, contatos com os vizinhos germânicos ao sul, alimentos e rituais funerários, o fato é que certamente os nórdicos não foram anexados ao Império ou viveram na sua periferia. JONES, Gwyn. *A History of the Vikings*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 22-23.

¹³ Nesta monografia, a palavra “unificação” não é utilizada no sentido político que o conceito adquiriu na contemporaneidade, mas é inspirada pelo conceito de “universalização dos valores particulares”, tal como proposto por Pierre Bourdieu. Compreendemos, em livre associação ao proposto pelo professor Bourdieu, uma universalização da ideia de pertencer à Noruega e de prestar serviço a um rei, cujo poder começava a se afiançar. Ao lermos a saga de Harald percebe-se essa intenção do autor ao apontar as mudanças. A explicação sobre o

O mito fundador é um elemento importante na constituição das nações, cuja legitimidade se assenta em raízes heroicas, pelo que se faz necessário um olhar crítico por parte do historiador de maneira a evitar a armadilha do anacronismo ao se considerar o valor histórico dessas narrativas. A Escandinávia também tem seus mitos fundadores e é a partir deles que se conseguem importantes informações sobre os povos da região. Isolada no extremo norte do continente europeu, a Escandinávia conheceu um período de quase 300 anos, conhecido como Era Viking, que, somado ao isolamento da influência direta de Roma e do contato com a cristandade, a colocou fora dessa experiência política com fortes conotações simbólicas de centralidade. Entretanto, uma mudança social que começa a surgir gradativamente no século IX explica em boa medida a transformação das estruturas de poder que levaram à reunião dos povos sob uma única liderança e à criação de um aparato governamental.

1.2 Geografia

A configuração geográfica dos três territórios que formam a Escandinávia – Noruega, Dinamarca e Suécia atuais – certamente contribuiu para a separação identitária entre eles. A Noruega é cortada de norte a sul por cordilheiras, vales, tundras e fiordes e apresenta um clima que chega a atingir -40°C durante o inverno, com ausência de luz solar por cerca de dois meses em algumas regiões mais ao norte.¹⁴ Ademais, na região de planaltos, não conta com terras adequadas para o cultivo de cereais.¹⁵ A Suécia é cortada por amplas e densas florestas e apresenta uma demografia rarefeita. A Dinamarca, por sua vez, divide-se entre a ilha principal da Zelândia e a península da Jutlândia, no continente europeu, dispõe de pouca terra arável, muitos pântanos e brejos, o que ajuda a explicar a sua expansão ultramarina durante esse período.

As cordilheiras que fracionam o território fornecem limites naturais para os assentamentos e para a comunicação, bem como para o exercício do poder. A Noruega, porém, é rica em matérias-primas como peles de urso e lobo, peixe e minérios que podiam ser

conceito de Bourdieu foi tomado de BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: Do Ano Mil à Colonização da América*. Editora Globo, 2011, p. 358.

¹⁴ FURRE, Berge. *História da Noruega: Século XX da Independência ao Estado de Bem-Estar Social*. Blumenau: Edifurb, 2006, p. 27.

¹⁵ FORTE, Angelo et al. *Viking Empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 11.

utilizados na forja.¹⁶ Na alta Idade Média, as armas produzidas com esses minérios e as peles de animais alcançaram grande importância, como formas de pagamento aos guerreiros, como se verá posteriormente neste trabalho. Para além do ferro, a Noruega é praticamente desprovida de outros metais, inclusive o ouro, o que a obrigava a consegui-los por meio dos contatos com outros povos.¹⁷

1.3 A unificação como conceito

Vinculado às configurações geográficas e as características culturais, o conceito de nacionalismo assume especial importância quando se fala de um país ou de uma nação.

O conceito de nacionalismo pode ser entendido a partir da definição alemã, que engloba a ideia de que deve haver um estado para um determinado grupo étnico que possui em comum uma língua, uma religião e uma cultura, dentre outras características, ou da definição francesa que defende que uma nação compreende uma comunidade e a determinação de viver sob uma constituição comum.¹⁸ Embora se possam encontrar algumas dessas características na Noruega do século XI, aplicar qualquer uma dessas definições àquela sociedade, consistirá em anacronismo uma vez que o conceito político não existia como tal na época analisada.

O evento ocorrido no século IX não pode ser interpretado de forma similar ao que ocorreria nos séculos XIX e XX, em outros países europeus, como a Alemanha, a Itália ou a Bélgica. Entre diversos fatores, deve-se levar em consideração que os conceitos de nacionalismo, centralização e país não existiam ou não eram sinônimos dos fatores que levaram à unificação das nações mencionadas. Portanto, este conceito, independentemente da definição que se escolha, é limitado pelo contexto histórico que o produziu e suas múltiplas manifestações.

Como apontado anteriormente, a configuração geográfica da Noruega favoreceu o isolamento de algumas comunidades, o que contribuiu para a formação de uma identidade própria de cada reino e condado, espalhados pelo norte montanhoso. Porém, esses povos que habitavam o norte possuíam, no fundo, mais semelhanças que os unissem do que diferenças

¹⁶ *Ibidem*, p.11-12.

¹⁷ ROESDAHL, Else. *The Vikings*. Londres: Penguin Books, 1998, p. 39.

¹⁸ BAGGE, Sverre. *From Viking Stronghold to Christian Kingdom: State Formation in Norway c. 900-1350*. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2010, p. 3.

que os dividissem. Falavam a mesma língua, adoravam os mesmos deuses, reconheciam ancestrais comuns, apresentavam estruturas sócio-políticas muito semelhantes, o que torna a sua unificação como algo natural tendo em vista essas similaridades. Sverre Bagge entende a noção de unificação como o simples surgimento de unidades políticas maiores que oferecem proteção e benefícios econômico-políticos aos que se lhes associam.¹⁹ Com esse sentido de “unificação e centralização por reunião” voltamos nossos olhares para Harald, as sagas e as estruturas sociais.

1.4 Harald e a submissão da nobreza

Harald é o personagem central da saga homônima e o catalisador para o movimento conhecido como *Rikssamlingen*, ou unificação do reino. Ele tornou-se rei de Vestfold aos dez anos, sob a tutela de seu tio, após a morte do pai.²⁰ De seu primeiro conflito como rei até a batalha de Hafrsfjord, a figura de Harald nas sagas vai ascendendo até ser reconhecido como soberano supremo da Noruega.

Certamente, não se trata de uma unificação e centralização nos moldes apresentados atualmente pelo reino da Noruega. As ações lideradas pelo rei e seus desdobramentos, diretos ou indiretos, geraram um movimento que culminou no Antigo Pacto,²¹ que submeteu a Islândia à autoridade norueguesa, dando início à chamada Era de Ouro da Noruega.

Sobre esse período, a historiografia apresenta diversas interpretações, como do professor Sverre Bagge, para o qual o referido conflito retratado nas sagas tratava-se de uma luta daqueles que desejavam a manutenção do *status quo* e estavam insatisfeitos com a quebra dos costumes tradicionais,²² e a do professor Halvdan Koht, que entende ser aquele um conflito entre o rei e a aristocracia.²³

Em ambas as sagas escolhidas para embasar este trabalho, é possível perceber a natureza do conflito. Aparentemente, os eventos narrados autorizam a interpretação do professor Koht, ao mostrarem que a tirania do rei provocou o movimento migratório no Atlântico Norte. A primeira manifestação do conflito ocorre quando Sölvi Klofi faz um

¹⁹*Ibidem*, p. 22.

²⁰*HrkHH*, cap. 1.

²¹*Gamli sáttmáli*

²²BAGGE, op. cit., p. 65.

²³*Ibidem*, p. 64.

discurso para os reis Auðbjörn e Arnviðar, em Firdafylke (Sogn og Fjordane), e declara que juntos terão força para deter o avanço de Harald, sendo esta a única alternativa “pois a condição de tornarmo-nos seus servos não é condição para nós, que não somos menos nobres que Harald”.²⁴

Entretanto, conhecem-se alguns casos de “submissão pacífica” da nobreza. O primeiro narrado é o *dojarl* Hákon Grjótgarðsson que, depois da vitória de Harald sobre os reis de Firdafylke, se colocou ao serviço rei, juntamente com uma “multidão de seus homens”. Embora a saga de Snorri não esclareça sobre o motivo dessa demonstração de fidelidade, é possível deduzir pela própria narrativa, que o rei é abençoado pelos deuses e conta com a sorte (as *nornir*, pode-se dizer, favoreciam-no), o que o torna invencível em combate.²⁵

Outro caso famoso está registrado no capítulo 8 da saga de Harald, no *Heimskringla*,²⁶ quando ele parte em direção ao distrito de Naumdalr (Namdalen). Os reis Herlaugr e Hrollaugr, que eram irmãos, recebem a notícia de que o monarca de Vestfold está se aproximando de seus domínios, acompanhado de seu, cada vez mais, numeroso exército. Naquele momento, os irmãos estavam terminando a construção de um túmulo - que constitui um dos monumentos tradicionais noruegueses que sobreviveram até os tempos modernos - e Herlaugr, que não tencionava servir a Harald, se encerra na tumba com onze de seus melhores homens.²⁷ Hrollaugr, ao contrário, senta-se em um trono no topo do morro funerário, aguardando o rei, e quando ele chega desce ao seu encontro, oferece-lhe todo o reino e seus serviços, e conta o ocorrido com seu irmão. A cerimônia que se segue é carregada de simbolismo. Harald cinge uma espada à cintura de Hrollaugr, amarra-lhe um escudo nas costas e declara-o *jarl* de Naumdalr, entregando-lhe o controle da região como seu representante.

Estes são os primeiros movimentos militares de Harald e o início de sua campanha para submeter todos os que habitavam a terra hoje conhecida como Noruega. É possível observar nessas primeiras manobras os prenúncios políticos que se avizinham, mas, para melhor entendimento do que isso significou, é necessário conhecer a configuração do poder político com anterioridade.

²⁴*HkrHH*, cap 11.

²⁵*Egla*, cap. 12.

²⁶*HkrHH*, cap. 8.

²⁷*Idem*.

1.5 O rei e as estruturas de poder

O poder do rei emanava dos nobres e das estruturas de poder estabelecidas pelas leis e costumes que regiam a vida nas diversas regiões antes da unificação.²⁸ A capacidade de recompensar seus seguidores com terras ou outros benefícios e de proteger seu povo (como de incursões de outros povos nórdicos) fazia dele um bom ou um mau chefe.

No início da saga, logo no primeiro capítulo, Snorri dá destaque para as proezas militares do rei.²⁹ Harald entra em combate com Gandálf e seu filho, Haki, para recuperar as terras de Vestfold que pertenciam a seu pai, Halvdan Svarte.³⁰ As circunstâncias não eram favoráveis, pois Harald tinha apenas 10 anos de idade – seu tio Guthorm o acompanhava na campanha – e as tropas do inimigo eram numericamente superiores. Ainda assim, ele vence o confronto.

As estruturas de poder anteriores à unificação promovida por Harald espalhavam-se por entre líderes locais. A imagem do líder estava diretamente associada à sua honra, provada em combate, à capacidade de recompensar os seguidores, e de garantir a segurança de seu território. Aspectos que também serão essenciais para o exercício da liderança do rei.

É digno de nota, neste momento, que a mudança que ocorre na estrutura de poder na Noruega, promovida por Harald, na realidade não altera a forma como a sociedade entende o poder. O fato é que, ao mesmo tempo em que tudo mudava, no fundo, nada mudava. Nas sagas percebe-se que, em mais de uma ocasião, Harald remove um representante local e substitui-o por outro, aumenta a extensão do domínio de um chefe, ou mantém um líder local desde que ele o reconheça como rei, sem que isso altere significativamente a ordem estabelecida a nível regional.

No capítulo 10 da *Heimskringla*, por exemplo, constata-se como o rei exerce o domínio sobre uma terra recentemente conquistada, escolhendo os representantes que deverão manter a ordem. Após derrotar uma coalisão de chefes liderados pelos reis Húnþjófr e Nökkvi, em Solskel (Solskjel), Harald permanece “longo tempo no verão” com vistas a “estabelecer a ordem”, apontando homens para cuidar da terra – como Rögnvaldr, *jarl* de More – e manter essas localidades fiéis ao rei.³¹

Alguns dos nobres locais eram removidos em favor de outros, mas poderiam ser

²⁸ FORTE, Angelo *et al.* *Viking Empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 49.

²⁹ *HkrHH*, cap. 1

³⁰ Halvdan, o Negro.

³¹ *HkrHH*, cap 10.

mantidos no poder caso se submetessem. Entretanto, é importante salientar que é significativa a autonomia desfrutada pelos líderes locais que se afiliavam a Harald. O reconhecimento da autoridade traduzia-se na obrigação de pagar tributos, tal como Bárðr e Þórólfr que, na saga de Egil, coletavam peles de urso e lobo nas terras fínicas, na participação daqueles considerados como melhores e mais honrados guerreiros na guarda e exército pessoais do monarca, bem como na defesa das terras reais, como informa Kveld-Úlfr ao responder aos mensageiros de Harald na mesma saga.

Da narrativa das sagas depreende-se que a formação de tropas locais e a coleta de tributos eram encargo dos chefes locais, que repassavam ao poder central uma parte do montante arrecadado. Por meio dessa dinâmica, evidencia-se a autonomia dos líderes locais no conflito entre o *jarl* Hákon Grjótgarðsson e o *jarl* Atli Mjove, narrado no *Heimskringla*³². Hákon informa – ou, nas palavras de Snorri, “alega” – a Atli que deveria abandonar suas terras em Sogn (distrito de Sogn, em Sogn og Fjordane) e retornar para Gauldar (distrito de Gaular, em Sogn og Fjordane), pois Harald lhe concedia o controle deste território. O fato, é que Atli não acolhe essa oferta, uma vez que se levanta contra Hákon e ambos perecem no confronto.

Snorri, o autor da saga, diz explicitamente que é a partir desse momento que se estabelece a soberania real,³³ embora a autoridade local ainda fosse forte e até mais poderosa do que anteriormente. As leis que o rei estabelece para as terras recém-conquistadas ajudam a entender o problema.

A primeira mudança constatada refere-se à determinação de que todos os *bændr*³⁴, pequenos ou grandes, deveriam pagar taxas de ocupação da terra, uma vez que todo o território da Noruega perdia o estatuto de alódio e tornava-se patrimônio pessoal do monarca. Esta mudança ia de encontro às tradições escandinavas e seria utilizada posteriormente para explicar o movimento de colonização da Islândia e das ilhas no Atlântico Norte.

No que tange as estruturas de poder posteriores à unificação, o autor das sagas informa que Harald aponta um governante em todas as regiões conquistadas em sua campanha e enumera os direitos e deveres de cada *jarl*. Como mantenedores e representantes locais do poder real, cada um teria direito a uma parte dos bens arrecadados e um número de homens era colocado sob seu comando.

O professor Sverre Bagge alerta para a possibilidade de Snorri adotar um viés mais

³² *HkrHH*, cap 13.

³³ *HkrHH*, cap 6.

³⁴ Plural de *bóndi* ou “o chefe da casa”. Esta palavra apresenta, quase sempre, significado de proprietário de terra ou “fazendeiro”. HOLMAN, Katherine. *Dictionary of the Vikings*. Oxford: Scarecrow Press, 2003, p. 49.

político do que militar em sua narrativa.³⁵ Entretanto, entendemos que mesmo que essa manobra tenha um peso político importante, ela não diminui o peso da questão militar, uma vez que a capacidade de prover os guerreiros era um fator primordial para a efetividade do poder régio.

1.6 A Þing nas Sagas

A sociedade norueguesa era composta por diversos grupos sociais divididos entre homens livres, escravos (*þrællr*) e escravos libertos. Do ponto de vista político, predominavam os chamados *bændr*, homens que possuíam propriedades (terras), e que tinham direito de participar da *þing* para deliberar as leis e a justiça das comunidades locais.³⁶

A *þing* era uma assembleia, ou reunião a céu aberto, dos *bændr*, reis e *jarlar*, para deliberar a lei e a justiça comum e podiam ocorrer a nível local (distritos), regional (reinos e comarcas), ou todo o território. Eram realizadas com intervalos regulares e para que as decisões fossem acatadas era necessária a aprovação de todos os homens livres.

Eram de competência da *þing* os acordos que regiam o sistema de leis, a religião, as obrigações de defesa, o julgamento de disputas legais em torno da posse de terras, heranças, divórcios, dívidas e acusações de assassinato.³⁷ Assim, a *þing* constitui um centro de tomada de decisões de enorme representatividade para a sociedade escandinava.

Nesse sentido, causa estranheza o fato de haver apenas três menções à *þing* no livro *Heimskringla* e nenhuma na saga de Egil Skalla-Grímr. O capítulo 14 do *Heimskringla*³⁸ registra a primeira referência, quando trata do conflito entre Harald e os chefes locais de Fold (Oslofjord), e o rei convoca a assembleia para punir os insubordinados por traição, por terem prestado obediência ao rei Eiríkr Öundurson, da Suécia. Como resultado, alguns chefes pagaram taxas, outros defenderam-se das acusações e outros foram punidos.

A segunda menção à *þing* aparece no capítulo 24,³⁹ onde se narra o julgamento, e o exílio, de Gange-Rolv. Este teria feito uma incursão para roubar gado em Viken - prática proibida em território norueguês sob a pena máxima de banimento, – quando da estada do rei

³⁵ BAGGE, *op. cit.*, p. 96.

³⁶ HOLMAN, *op. cit.*, p. 49.

³⁷ ROESDAHL, *op. cit.*, p. 56-58.

³⁸ *HkrHH*, cap 14.

³⁹ *HkrHH*, cap 24.

Harald na região. Informado do ocorrido, o monarca convocou uma assembleia para declarar Rolv fora da lei em toda a Noruega e bani-lo.

Por fim, no capítulo 35,⁴⁰ Harald convoca uma *þing* reunindo todos os reinos da Noruega, para anunciar que todos os seus descendentes, por linha masculina, receberiam as dignidades e os títulos de rei, enquanto seus descendentes por linha feminina receberiam meramente o título de *jarl*. O rei estabeleceu também uma nova divisão do reino entre os seus filhos, garantindo-lhes terras, e atribuiu direitos e responsabilidades. Por último, o monarca declarou que Eirik Blodøks⁴¹, seu filho predileto e constante companheiro na corte, seria seu sucessor ao trono da Noruega, bem como dos condados de Hålogaland, Nordmøre e Romsdal.

Outro exemplo importante que permite compreender a relação do monarca com a instituição da *þing*, é quando Harald toma a decisão de retirar a Þórólfr jurisdição sobre os territórios do norte e o direito de coletar tributos dos povos fínicos, em Finmark, sem consultar a assembleia ou apresentar o caso ante seus *jarlar*. A acusação contra Þórólfr seria, em verdade, falsa e prejudicial ao próprio rei. Na saga de *Egil*, Kveld-Úlfr, pai de Þórólfr, prevê que o filho não teria boa fortuna servindo o rei, mas que não deveria desafiar a autoridade ou o poder de Harald, que conta com a sorte dos deuses e possui imensas habilidades e honra. As premonições de Kveld-Úlfr acabam por se realizar, e o destino de infortúnio de Þórólfr está selado. Novamente, sem consultar a *þing*, Harald declara Þórólfr fora da lei, uma vez que este teria saqueado domínios do monarca, e permite que os irmãos Sygtrygge Hallvard partam em direção a Sandness para executar o agora traidor. Entretanto, alerta os irmãos sobre as habilidades militares de Þórólfr, muito superiores às deles, e decide partir também para o norte com o objetivo de dar fim a esse traidor. O rei parte com seus *húskarlar*, contando com quinze *berserkir*,⁴² o que demonstra o respeito pelo adversário, por se tratarem dos mais mortais e selvagens dentre os guerreiros dos nórdicos.⁴³

A postura e as decisões do rei demonstram que, na saga, a *þing* não é respeitada como local de tomada das decisões, ou seja, o rei não respeita a tradição política. A atitude de Harald ao chamar a si a justiça e condenar Þórólfr, limitando-se a convocar a assembleia para comunicar perante o povo sua decisão, demonstra que a autoridade do rei pretende sobrepujar a da instituição tradicional dos nobres. Este aspecto é muito importante para a lógica interna da narrativa da saga, pois sublinha a vitória da autoridade real.

⁴⁰ *HkrHH*, cap 35.

⁴¹ Érico Machado Sangrento

⁴² Os temíveis *berserkir* eram a imagem dos guerreiros supremos na sociedade escandinava. Eram homens que iam para o combate desprovidos de qualquer proteção, e eram tomados por um frenesi que os tornava imunes à dor e, portanto, ao medo.

⁴³ HOLMAN, *op. cit.*, p. 64.

Conclui-se, portanto, que no período de Harald ocorreram importantes mudanças nas estruturas políticas que se iniciaram no período de Harald. Podem-se compreender determinadas passagens, como a redução do poder *þing* a um segundo plano e a prática de uma justiça violenta e autoritária, que se afasta da tradição do pacto e da composição, como símbolos de uma mudança que supera a antiga fragmentação dos povos noruegueses por meio do surgimento de uma figura política detentora de poderes e enorme autoridade.

Como se verá no próximo capítulo, a constituição hierárquica da sociedade teve grande peso nos acontecimentos e decisões que afetaram esse período. Sem afetar a ordem social estabelecida, o movimento de transformação vivido pelos nórdicos pode ser compreendido, nas sagas, como o surgimento de uma nova aparelhagem política que não rompia inteiramente com a ordem anterior. Assim, Harald não surge como um autocrata onipotente, mas como um líder que começava a angariar poderes e territórios de uma forma sem precedentes.

CAPÍTULO SEGUNDO

Neste capítulo propõe-se a análise de termos e conceitos utilizados ao longo das sagas estudadas, para poder entender melhor o panorama político desse período que a história costuma apresentar como de ruptura devido ao surgimento do monarca. Embora termos como *reino*, *rei*, *domínio* ou mesmo *unificação* sejam utilizados comumente, é necessária cautela em seu emprego para evitar anacronismos ou mesmo a sua banalização.

Tal como no capítulo anterior, neste também se frisa a importância da posse de terras e sua correlação com o poder e a riqueza na sociedade viking. O conflito de sangue é temática recorrente nas sagas, e nas de Egil e de Harald os embates aparecem quase sempre associados à posse de terras ou ao poder que elas representam. Domínio, poder e terras são o âmago do objetivo que impele Harald a unir a Noruega sob seu comando. As disputas entre as diversas figuras de autoridade giram em torno da demonstração do poder e do domínio sobre determinada região.

Assim, é com o estudo conceitual de três termos sobremaneira importantes (*Ríki*, *jarlar*, *óðal*), que este capítulo inicia o estudo das sagas.

2.1 Ríki

A palavra *ríki*,⁴⁴ ou *ríkur*, é cognata da palavra alemã *reich*, ou *reichsidee*, na sua forma mais completa. Tal como na versão germana, o termo encerra um conjunto de conceitos que não podem ser traduzidos por uma única palavra nas línguas latinas (ou mesmo na língua inglesa). A palavra abarca noções tais como reino, domínio, soberania, terra, região, império, ou área de conhecimento, como tradução simples, ou conceitos mais complexos como unidade cultural, Reino dos Céus ou, por exemplo, a consciência de uma identidade europeia.⁴⁵

O primeiro desses significados a ser analisado será o de região geográfica. Noruega, inicialmente, é uma palavra que designa um espaço geográfico compreendido entre a costa oeste e sudoeste da Península Escandinava e as montanhas ao leste que atualmente separam a

⁴⁴ Dinamarquês, *rige*; norueguês (Bokmål e Nynorsk); sueco, *rike*; islandês e feroês, *ríki*.

⁴⁵ Em contraste a uma suposta africana, asiática ou americana e não necessariamente relacionado com a União Europeia, ou uma identidade pan-europeia.

Noruega da Suécia. Este termo, de acordo com Sverrir Jakobsson, não adquire cunho denominador de identidade⁴⁶ antes do século XV,⁴⁷ o que permite concluir que o conceito de identidade nacional não existe na época de Harald e tampouco no período em que as sagas foram escritas.

Com relação ao conceito de reino, ou domínio, era aplicado aos pequenos reinos que compunham a Noruega, e não ao país como um todo. Pode-se atestar a existência de diversas regiões funcionando como comunidades independentes, embora entrelaçadas, uma situação que existe antes, durante e após o reinado de Harald.

O pai de Harald, Hálfdanr Svarti⁴⁸ Guðrøðr, teria sido rei em Vestfold e exercera sua soberania nesta pequena região⁴⁹, independentemente de qualquer autoridade superior. Entretanto, este pequeno reino entrava ocasionalmente em disputas com seus vizinhos, que, tal como ele, eram reinos independentes. E é um destes conflitos que dá início à carreira de conquistador de Harald, como visto anteriormente. As sagas narram inúmeros casos de completa ou parcial autonomia de reinos transformados em condados, durante o período de Harald.

Nas sagas em questão, a noção de domínio, quer se refira a um reino, ou a um condado, supõe alguns elementos com relação às estruturas de poder. O primeiro elemento é a existência de um chefe com poder coercitivo, seja este um rei, um *jarl* ou um *goður*, portanto, uma figura importante que exerça autoridade central, com a prerrogativa de defender o território de ameaças externas (estrangeiras ou norueguesas).⁵⁰ Dita figura exerce domínio – *ríki* – sobre as terras demarcadas e é encarregado de cuidar da aplicação da lei da *þing*. Então, *þing*tem também a função de autoridade coercitiva, como fonte da lei e da justiça, cuja legitimidade se assenta no fato de ser composta por indivíduos da própria sociedade.

O segundo elemento que compõe o conceito domínio é a cultura. A identidade de cada pequeno reino ou condado era singularizada pelos costumes e pelas leis da região. Havia uma noção de macrocultura dos povos da Noruega que os distinguiu das macroculturas da Dinamarca e da Suécia. Havia também uma noção de microcultura de cada região da Noruega que as diferenciava umas das outras.⁵¹

⁴⁶ Uma identidade norueguesa como um todo.

⁴⁷ JAKOBSSON, Sverrir. Defining a Nation: Popular and Public Identity in the Middle Ages. *Scandinavian Journal of History*, v. 24, n. 1, (1999), p. 91-101. Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03468759950115863#.VFxQ6_nF98E. Acesso em: 26 ago. 2014.

⁴⁸ O Negro. Alcinhado assim dada a coloração de seu cabelo.

⁴⁹ *HkrHH*, cap. 1.

⁵⁰ ROESDAHL, *op. cit.*, p. 65

⁵¹ JONES, Gwyn. The Scandinavian Community, I: Diversity and Unity. In: *A History of the Vikings*. Oxford: University Press, 2001, p. 59-77.

A desse conceito individualizador de cada região associa-se outro possível significado de *ríki*: o de soberania. A legitimação da lei e dos costumes estava diretamente relacionada à capacidade de, por meio deles, ser reconhecido como poder soberano. Esse aspecto inclui - mas não se limita - a capacidade de defender o território, prover recompensas pelos serviços prestados, organizar o trabalho da colheita, de conviver com os poderes vizinhos regionais dentro das leis, etc.

Como levantado no capítulo anterior, a capacidade de um rei, ou de um *jarl*, ser reconhecido como soberano pelos habitantes de uma região estava diretamente vinculada à sua capacidade de prover proteção, dar recompensas e manter a ordem. No momento em que um senhor perde a capacidade de cuidar de seu domínio, perde também sua legitimidade e o direito de exercer *ríki*.

Outra tradução da palavra diz respeito ao poder, ou à riqueza. Como visto anteriormente, para a sociedade viking, riquezas e terras eram poder. Dessa forma, esses sentidos podem ser expressos por uma única palavra que também está relacionada com as acepções acima enumeradas. Possuir riquezas era sinônimo de possuir terras e ser capaz de dar terras a seus subordinados era sinônimo de enorme poder.

Verificamos, portanto, que Harald Hårfagre possuía terras e capacidade de recompensar seus homens. Ele reunia todos os significados de *ríki*: terras, domínio, poder, soberania. O rei exercia seu domínio nas sagas acima de instituições tradicionais estabelecidas, como a *þing*, porém, com base em outros aspectos igualmente tradicionais que lhe davam a capacidade de governar.

2.2 Os jarlar

O termo entrou para a língua inglesa como *earl*, onde acabou suplantado por *earldorman*, ou seja, aquele que rege um condado em nome do rei. A palavra original nórdica não se afasta muito deste significado, tal como se pode verificar em ambas as sagas. A cada novo território conquistado, Harald designava um homem para representá-lo e concedia-lhe o título de *jarl*. Ocorrendo, inclusive, em alguns casos o rebaixamento de reis ao novo título, como no caso de Harllaugr de Naumudal.⁵²

Como mencionado anteriormente, estes *jarlar*, na prática, possuíam grande autonomia

⁵²*HkrHH*, cap. 8

com relação ao poder régio, embora lhes devessem obediência e tributos. Essa autonomia apresenta-se como secundária ao longo da saga de Harald, mas como elemento principal na saga de Egil. Na ausência do rei as intrigas são frequentes, como entre os *jarlar* Håkon Grjotgardson e Atle Mjove⁵³ e na querela entre Þórólfr e os filhos de Hildiríðr, que leva à dissidência entre o primeiro e o rei.⁵⁴

Muito embora Harald tenha se tornado rei de toda a Noruega após a batalha de Hafrsfjord⁵⁵, ao logo das narrativas é possível aferir que os *jarlar* exercem poder de fato nas áreas que lhes foram designadas. Eles decidem coletar os tributos quando melhor lhes apraz, levantam seus *levies* quando lhes convém e pagam ao rei aquilo que entendem. Não se encontra nas sagas uma estipulação quanto à natureza ou à quantidade dos tributos, o que permite deduzir tratar-se de contribuições que não eram instituídas e regulamentadas de forma rigorosa.

Essa liberdade é o motivo da disputa entre os filhos de Hildiríðr, Hárekr e Hrærekr Björngólfson, e o *jarl* Þórólfr Kveldulfsson. Os Björngólfson reclamaram a posse de terras que seriam herança de seu pai, e sobre as quais Þórólfr passara a exercer o domínio.⁵⁶ O *jarl* não acolhe a reclamação, com base na alegação de que, tal como Bárðr e Brynjólfr,⁵⁷ seu predecessor, não os reconhecia como filhos legítimos de quem clamavam ser, e sequer aceitou ouvir a testemunha que eles pretendiam apresentar. Diante da recusa, os irmãos acercam-se de Harald e buscam resolver esta rixa, envenenando a relação existente entre o rei e Þórólfr, situação recorrente nas sagas. Eles convencem o monarca de que o *jarl* planejava assassiná-lo no banquete que lhe havia oferecido, tendo recuado na última hora,⁵⁸ e de que Þórólfr se considerava superior a todos, inclusive, ao próprio rei. Enfurecido, Harald bane Þórólfr do reino e, posteriormente, mata-o em combate.

A professora Patrícia Pires Boulhosa chama a atenção para um relevante detalhe na relação entre os *jarlar* e o rei. Þórólfr teria sido alertado por seu pai para não se mostrar superior a outros homens e a agir com moderação diante do rei, pois a demonstração de superioridade certamente incitaria seus inimigos à retaliação.⁵⁹ Demonstrações de ostentação e soberba poderiam ser interpretadas como afrontas à figura de Harald, e puníveis como tal. Apesar de gozarem de autonomia para exercer *oríki*, na nova ordem o exercício do poder não

⁵³ *HkrHH*, cap. 13.

⁵⁴ *Egla*, caps. 10-19.

⁵⁵ *HrkHH*, cap. 19.

⁵⁶ *Egla*, cap. 11.

⁵⁷ *Egla*, cap. 7.

⁵⁸ *Egla*, cap. 12.

⁵⁹ BOULHOSA, Patrícia. *Icelanders and the Kings of Norway - Mediaeval Sagas and Legal Texts*. Koninklijke Brill NV, 2005 p. 169.

podia ser demonstrado como outrora.

Até este ponto percebe-se que não há qualquer menção à *þing* para resolver a petição dos irmãos Björngólfson, ou para julgar a conduta do *jarl* Þórólfr. O *jarl* arbitra por decisão própria a validade da reivindicação dos filhos de Hildiríðr e o rei não leva a julgamento seu subordinado, como demandam os costumes. Como exposto no capítulo anterior, acima de qualquer rei ou *jarl*, estaria a assembleia que julga por decisão comunitária. Os eventos narrados em ambas as sagas apontam para o quase desaparecimento desse mecanismo.

Os *jarlar*, portanto, funcionavam como uma versão local do rei, possuindo poderes e capacidades similares. Eles tomavam decisões independentemente de consultar a *þing*, como Þórólfr ao julgar sobre a herança dos irmãos Björngólfson. Como possuidores de terras, também tinham o dever e a capacidade derecompensar seus *húskarlar*⁶⁰ e demais homens.

Assim como os deuses estão em um patamar superior e espelham a sociedade dos homens, as subdivisões dessa sociedade estruturam-se igualmente de forma especular.⁶¹ O rei comanda a Noruega e recompensa seus *jarlar* e exércitos, enquanto os mesmos *jarlar* comandam e recompensa seus *goðar*⁶². A relação do rei com seus *jarlar* era, portanto, complicada, apresentando nuances que rompiam com as tradições estabelecidas ao mesmo tempo em que as mantinham.

Uma das tradições até aqui apresentadas, a da funcionalidade da *ríki* e do domínio do rei e dos *jarlar*, ambas correlatas, é a questão das terras. Como se verá a seguir, a questão das terras é novamente um ponto central explorado na saga, chegando inclusive a ser utilizada como motivo para declarar Harald como tirano.⁶³ A posse da terra ajuda a moldar a trajetória desse período.

2.3 A questão das óðal

Jesse L. Byock⁶⁴ aponta a importância da narrativa de Snorri na *Heimskringla*, para a compreensão da ruptura de Harald com as tradições em torno da posse e tributação de terras.

⁶⁰ Guardapessoal.

⁶¹ STEINSLAND, Gro. et al. *Ideology and Power in the Viking and Middle Ages: Scandinavia, Iceland, Ireland, Orkney and the Faroes*. Koninkijle Brill NV, 2011, p. 16.

⁶² Homens de importância, os grandes homens.

⁶³ Novamente, vemos *ríki* surgir neste momento. Tirano, ou acima da lei, é traduzido para o nórdico medieval como *ofríki*.

⁶⁴ BYOCK, Jesse L. *Viking Age Iceland*. Londres: Penguin Books, 2001, p. 83.

Na Escandinávia viking as terras eram *óðal*,⁶⁵ ou seja, possessões ancestrais dos diversos clãs nórdicos. A posse era passada de pai para filho como herança, e os donos da terra não deviam qualquer tributo sobre seus territórios a qualquer homem. As terras eram domínio dos *goðar*, que, dentro das leis, exerciam sobre elas a sua soberania particular bem como sobre seus habitantes. Estas terras eram possessões inquestionáveis das famílias e não se tratavam de regalias concedidas pelo rei.⁶⁶ Quando uma terra era dada como recompensa por um rei ou *jarl* pela participação em combate ou por qualquer outro motivo, ela tornava-se, a partir desse ponto, patrimônio pessoal.

Harald rompe radicalmente com essa tradição ao declarar que todas as terras passavam a pertencer ao rei. A primeira mudança imediata acarretada pela nova regra é o fato de que homens que antes não pagavam impostos por suas terras serão obrigados a fazê-lo. Isso, obviamente, desagrada a muitos, que consideram esse movimento uma ameaça a seus *frelsi e fé*.⁶⁷

No capítulo 11, da saga de Harald, e no capítulo 3, da saga de Egil, Sölvi Klofi instiga os reis Auðbjörn e Arnviðar a se oporem a Harald, argumentando que eles de forma alguma estariam abaixo do rei e que, portanto, não deveriam se submeter a ele.⁶⁸ Diz-lhes, ainda, que o poder do rei é um perigo que ameaça a liberdade e os costumes.

Cabe observar também que, embora houvesse opositores à nova lei, não foram todos os reis e *jarlar* que se sentiram ameaçados ou sequer incomodados com a nova situação. Como narrado no capítulo 8 da saga de Harald, o rei de Naumdal, Hrollaugr, aparentemente oferece de bom grado seu reino a Harald e aceita o rebaixamento ao rango de *jarl*. O próprio Þórólfr antagoniza seu pai e vê como melhor caminho a submissão a tão poderoso rei.

A mudança da ordem social desagrada a alguns, porém os que se associam ao rei parecem ver vantagens. Enquanto o rei é capaz de prover seus guerreiros com terras e proteger a Noruega de invasores estrangeiros, os *goðar* não se sentem prejudicados com a mudança. Ao menos não é possível perceber qualquer traço que aponte o contrário.

Harald, portanto, possuía poder, terras, exércitos e homens leais. Contudo, as sagas são narrativas construídas de forma romântica e lendária, cujos elementos constitutivos são também importantes para a análise histórica. A partir deste ponto, serão exploradas outras características que compunham a figura do rei e explicam sua capacidade de ser bem sucedido na luta pela unificação norueguesa.

⁶⁵ Propriedades alodiais, terras particulares de uma família.

⁶⁶ BYOCK, *op. cit.*, p. 270

⁶⁷ Literalmente, gado, dinheiro a primeira e liberdade a segunda.

⁶⁸ *HrkHH*, cap. 11

2.4 A boa-sorte de Harald

A sorte de Harald aparece como ponto importante da narrativa, na mensagem que Kveld-Úlfr Bjálfason envia como resposta aos mensageiros do rei Auðbjörn, à quem era submisso⁶⁹. Para analisar o significado dessa sorte, destacam-se as palavras finais do discurso de Kveld-Úlfr, no terceiro capítulo da saga de Egil:

Resumidamente, deveis dizer, quando vos encontrardes com o vosso rei, que Kveldulf ficará em casa durante esta corrida para a guerra, e que ele não irá reunir as suas forças ou deixará sua casa para lutar contra Harold Hårfagre. Pois eu acho que ele tem uma grande quantidade de boa sorte enquanto o nosso rei não possui sequer um punhado.⁷⁰ [tradução nossa]

Hamingju pode ser traduzido como sorte, embora, num sentido pessoal, também tenha a conotação de espírito guardião.⁷¹ Conforme ressalta Sverre Bagge, a sorte não era algo perene, pois podia sorrir a um homem num momento e no seguinte abandoná-lo.⁷² A liderança destacada não era exclusividade de um único homem a cada momento, mas quando a sorte lhe sorria, ele se destacava.

Kveld-Úlfr nega o rei a quem serve, recusa-se a reunir seus guerreiros e a auxiliá-lo em combate. Abertamente, ele declara que o rei não será bem sucedido contra Harald e não deseja tomar partido no conflito que se anuncia. A relutância de Kveld-Úlfr de entrar em conflito com Harald dá-se primordialmente por reconhecer essa *hamingju* proeminente do rei de Vestfold. Isto é reforçado posteriormente, quando o *jarl* adverte seu filho, Þórólfr, a jamais entrar em confronto com o rei, pois não será capaz de superar essa característica de Harald.

Após a queda de Þórólfr, seu irmão Skalla-Grímr Kveldúlfson também nega Harald pelo mesmo motivo que seu pai. O rei oferece a Skalla-Grímr a oportunidade de servir em sua guarda de forma a expiar a traição de seu irmão:

⁶⁹ A descrição dessa relação, no original, é: *Hannsendimenn til ríkismannaatboðapeim til sín*. Ou seja, são os homens do reino que se ofereceram (leia-se, ofereceram seus serviços) a ele [o rei]. Isso reflete uma relação de subordinação a um rei, ou uma inserção na hierarquia social. A tradução para o inglês foi feita como: [...] *with word to his nobles that they should join*. Esse é mais um exemplo da dificuldade de se trabalhar com uma tradução, e não com a fonte.

⁷⁰ No original: *Eryðurþaðskjótastaðsegja, þáerþérhittiðkonungdyðvarn, aðKveld-Úlfurmunheimasitja um þettaherhlaup og hannmuneigiherliðisafna og eigi gera sínáþeimanferðaðberjastmótiHaraldilúfupvíaðeghygggaðhannhafibarbyrðinóga hamingju erkonungurvorhafieigikreppingfullan*. Em inglês: *'Briefly ye may say when ye meet your king that Kveldulf will sit at home during this rush to war, nor will he gather forces nor leave his home to fight with Harold Shockhead. For I think that he has a whole load of good-fortune where our king has not a handful'*. Egla, cap. 3.

⁷¹ Cada homem possuía um espírito guardião na forma de animais, seres mitológicos ou mesmo humanas. As mais proeminentes imagens do *hamigju* são as *nornir*, gigantes que controlavam o destino dos homens e dos deuses.

⁷² BAGGE, *op. cit.*, p. 148.

E, então, se almejas a expiação por Thorolf, torna-te meu homem e entra em minha guarda aqui e serve-me. Talvez eu goste tanto de teu serviço que te conceda expiação por teu irmão, ou outras honras não menores do que concedi a ele; mas deves saber agir melhor do que ele, caso eu faça de ti um grande homem como eleera.⁷³ [tradução nossa]

Skalla-Grímr discorda de Harald e afirma que seu irmão lhe era superior em todos os aspectos, mas que não tivera sorte servindo ao rei:

Era bem sabido o quanto Þórólfr era superiora mim em todas as coisas, e ele não teve sorte ao te servir, ó rei. Agora não acolherei esse conselho, não vou servir-te, pois sei que não vou ter sorte em tal serviço como desejo e seria digno. Parece-me, posso ser mais azarado aqui do que Þórólfr.⁷⁴ [tradução nossa]

Ele utiliza neste ponto a palavra *gæfa* que, embora seja sinônimo de *hamingju*, não carrega a mesma conotação espiritual. Skalla-Grímr, portanto, sabe que, seja sobrenaturalmente, seja mundanamente, ele não terá um bom destino caso se coloque a serviço de Harald.

2.5 Das motivações de Harald

A decisão de Harald de conquistar todo o território norueguês surge após enviar mensageiros a Gyða, filha do rei Eirik de Hordaland, para pedi-la em casamento, como descrito no capítulo três da saga de Harald. A jovem nega o pedido e ordena que os mensageiros levem uma mensagem ao rei.

(...) que não pretendo entregar-me a um rei que domine apenas uns poucos condados, como qualquer outro que possa encontrar na Noruega, mas um que domine todaa Noruega, como Fizeram Gorm, o velho, na Dinamarca, e Eirik em Uppsala.⁷⁵ [tradução nossa]

⁷³No original: "Ek vil þá," sagði konungr, "efþúbeiðistbótafyrirÞórólfr, atþúgeristminnmaðr ok gangirhér í hirðlög ok þjónirmér. Má mérsávallíkaþínþjónusta, atekveitaþérþætreftrirbróðurþinneðaaðrasæmð, eigiminnienekveittahonumÞórólfrí, bróðurþínum, ok skyldirþúbetrkunnaatgætaenhann, efekgerðþíkatsvámiklummanni sem hann var orðinn. Eminglês: 'I will then,' said the king, 'if thou cravest atonement for Thorolf, that thou become my liege-man, and enter my guard here and serve me. Maybe I shall so like thy service that I shall grant thee atonement for thy brother, or other honour not less than I granted him; but thou must know how to keep it better than he did, if I make thee as great a man as was he.' Eglá, cap. 25

⁷⁴No original: "Þatvarkunnigt, hversumiklu Þórólfr varframarenekem at sérgerr um allahluti, ok bar hannengagæfutil at þjónaþér, konungr. Númunek ekki taka þatráð. Eigimunekþjónaþér, því at ekveit, at ekmuneigigæfutilbera at veitaþérþáþjónustu, semekmyndavilja ok vertværi. Hygg ek, at mér verði meiri muna vant en Þórólfrí". Em inglês: 'It is well known how far superior to me was Thorolf in every point, and he got no luck by serving thee, O king. Now will I not take that counsel; serve thee I will not, for I know I should get no luck by yielding thee such service as I should wish and as would be worthy. Methinks I should fail herein more than Thorolf.' Idem.

⁷⁵No original: "[...]at eigi vill hon spilla meydómi sínum til þess, at taka til manns þann konung, er eigi hefir meira ríki en nökkur fylki til forráða: en þat þykki mér undarligt, segir hon, er engi er sá konungr, er svá vili

Ao regressar com a mensagem da moça, os mensageiros, bem como os conselheiros mais próximos de Harald, imploram ao rei que puna a moça por sua insolência e ofensa. O monarca responde que ela não cometeu tais injúrias e na verdade prestou-lhe um serviço pelo qual era grato, ao lembrar-lhe de algo que não havia pensado: conquistar todas as terras e submeter o povo ao seu domínio. Neste ponto, Harald faz uma promessa de jamais pentear ou prender seus cabelos enquanto essa tarefa não for concluída.

Do ponto de vista historiográfico, esse motivo pode parecer muito fraco, para explicar que o rei se decida à conquista do território. Entretanto, a simbologia por trás desse episódio possui enorme força na mitologia e na sociedade escandinava da época. O papel desempenhado por Gyða carrega consigo a ideia da memória e da tradição dessa sociedade.

Os escandinavos eram divididos em hierarquias sociais, assim como os deuses, e não era permitida a associação conjugal de uma hierarquia inferior com uma superior.⁷⁶ Ao passo que homens e mulheres não eram diferenciados quantitativamente, os homens livres eram diferenciados como *harður* (duros) e *mjúkur* (macios).⁷⁷ As mulheres, que geralmente se encaixavam na segunda categoria, poderiam equiparar-se aos homens por meio de virtudes únicas de seu gênero, como *avizka* (sabedoria), a *mælska* (eloquência) e *afegurð* (beleza feminina).

A proposta de Harald a Gyða tem sua natureza na beleza da jovem, considerada notoriamente formosa. A *mælska* se evidencia quando a pretendente enuncia seu desejo de casar-se com um rei que supere os outros em poder, impondo ao monarca uma condição tida como justa, aceitável. Por fim a sabedoria da moça não aparece em suas atitudes ou palavras, mas quando Harald lhe atribui a ideia de conquistar todo o território da Noruega. Para se compreender melhor este último aspecto, é necessário analisar uma passagem da mitologia.

Óðinn, o *Allföðr*,⁷⁸ o deus supremo do panteão nórdico, assim como os demais deuses,

eignast Noreg at vera einvaldi yfir, sem hefir Gormr konungr at Danmörku eða Eiríkr konungr at Uppsölum. Em inglês: [...] *I will only agree to be his lawful wife upon the condition that he shall first, for my sake, subject to himself the whole of Norway, so that he may rule over that kingdom as freely and fully as King Eirik over the Swedish dominions, or King Gorm over Denmark; for only then, methinks, can he be called the king of a people.* Destaca-se o uso, no original, da expressão *eignast Noreg at vera einvaldi yfir*, e traduzido pela versão inglesa por *so that he may rule over that kingdom as freely and fully*. A frase em nórdico antigo carrega a conotação de *domínio* (*einvaldi* – poder, controle, autoridade) sobre todo o domínio (*eignast* – posse, região, terreno) da Noruega. Em nenhum momento a fonte usa uma palavra que possa ser traduzida como reino (*kingdom*), como o faz o tradutor inglês. Chama-se a atenção para esta tradução para novamente ressaltar a problemática da utilização de uma fonte traduzida e não da original.

HrkHH, cap 3.

⁷⁶ BAGGE, *op. cit.*, p. 140-42.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 144.

⁷⁸ Literalmente, pai de todos.

deusas e gigantes,⁷⁹ não era dotado de perfeição moral ou mesmo de onipotência. Sua importância e autoridade provêm de virtudes, e são equiparadas com as de seu filho Þórr,⁸⁰ salvando-se algumas diferenças.⁸¹ Entretanto, apesar de serem entes superiores, os deuses são constantemente compelidos a fazerem sacrifícios para obter regalias, poderes, ou mesmo superar certos conflitos.

Óðinn sacrifica seu próprio olho no *Mímisbrunnr*,⁸² buscando beber das águas do poço que continha a *speki-andi*⁸³. Este evento é narrado na *Völuspá*, que relata a criação do mundo e seu fim certo no *Ragnarøkkr*. Enquanto peça da memória coletiva do povo escandinavo, esse poema é narrado por uma *Völva*,⁸⁴ com a qual se estabelece a analogia a Gyða.

A jovem cumpre o papel de *völva* ao “lembrar” Harald de seu dever de “unificar” o reino, momento em que lhe transmite sua sabedoria. O rei, então, propõe um sacrifício, seu cabelo, em troca dessa sabedoria e de conseguir que a moça se torne sua legítima esposa. Ao guiar o rei e aceitar seu sacrifício, Gyða torna-se, assim, a *rök-samligr*⁸⁵ da empreitada de Harald, o instrumento legitimador para que ele consolide seu poder sobre a Noruega como soberano supremo.

Harald, portanto, possui poder legítimo, terras, homens e a graça da *hamingju*. Essas características espirituais e sociofilosóficas terminam de compor a figura do rei na saga e explicam porque ele entrou para a história como o primeiro a unificar a Noruega.

Sua invencibilidade em combate é aspecto singular na história nórdica, pois nem mesmo o lendário Ragnar Lóðbrók foi capaz de sobreviver⁸⁶ após ser abandonado pela *hamingju*. Talvez Harald tenha sido predestinado pelas *norni* a unificar a Noruega e a levar paz ao reino, uma vez que gozou de um reinado longo e relativamente pacífico, bem como próspero. A saga de Harald enaltece a figura do rei ao enumerar suas capacidades bélicas; literalmente invencível, ele jamais perdeu um único combate. Reino após reino, território após

⁷⁹ A distinção das três figuras dá-se pelo fato das deusas (*Asynjor*) não estarem incluídas na mesma categoria que os deuses (*Áss*) e ambos serem descendentes dos gigantes (*Jötunn*). A correlação entre os três, bem como a quarta classe de seres divinos, os *vanir* (uma espécie de segundo panteão nórdico, este, inferior ao primeiro), é uma intrínseca e complexa construção que não será analisada a fundo neste trabalho. Para melhor localização do leitor, cabe a menção de que a subdivisão dos seres divinos e mitológicos espelham a subdivisão das sociedades como mencionado no capítulo anterior (três patamares entre os homens livres, escravos e os possuidores de terra).

⁸⁰ BAGGE, *op. cit.*, p. 142-43.

⁸¹ Ao passo que Óðinn era admirado por sua destreza, inteligência e astúcia, seu filho Þórr era respeitado por sua força bruta e proeza marcial, estas mais intimamente associadas com os gigantes que com os deuses.

⁸² O Poço de Mímir, um poço mágico localizado abaixo da Yggdrasil, supostamente continha muita sabedoria.

⁸³ Sabedoria, espírito da sabedoria ou sabedoria das eras.

⁸⁴ Uma vidente, uma guardiã da memória. Praticavam feitiços (*seiðr*), algo que era proibido aos homens.

⁸⁵ Voz da razão, argumento aceitável.

⁸⁶ A saga de Ragnar termina tragicamente quando ele é atirado ao poço de ofídios pelo rei Ælla da Nortúmbria. Ele teria sido o responsável por colocar os vikings no mapa dos reinos britânicos ao atacar o monastério de Lindisfarena, em 793.

território a Noruega passa para o domínio legítimo de Harald sem que haja um movimento contrário após a unificação.⁸⁷

Depois da morte de Harald, seu filho favorito, Eirik Blodøks, assume o trono.⁸⁸ Em uma campanha brutal, ele elimina seus irmãos e aqueles que lhes eram leais, excetuando-se seu meio irmão, Håkon Aðalsteinsfóstri⁸⁹. Seu governo é tido como despótico e austero, fazendo com que Eirik perca rapidamente o apoio de seus *goðar*. Eirik reinaria por pouco tempo, sendo suplantado por Håkon, em menos de cinco anos.

A figura de Harald incorpora elementos reais e sobrenaturais. Percebe-se sua capacidade de captar seguidores e poder ao longo de sua trajetória, e seu objetivo finallegítimo o guia ao ápice da história. Foram observadas as principais características centradas na figura de Harald e as consequências diretas para aqueles que se associavam ao rei. Consolida-se, assim, a imagem de um líder com capacidade de defender suas terras, prover seus homens e liderar seus subordinados. Harald conquistou poder político sobre a sociedade nórdica, tornando-se assim um soberano com legitimidade para comandar o povo norueguês.

⁸⁷ Leia-se movimentos separatistas ou rebeliões contra a autoridade central.

⁸⁸ *HrkHH*, cap. 44.

⁸⁹ Seu patronímico literalmente significa Filho Adotivo de Aðalstein, ou Æthelstan como este rei era conhecido na Inglaterra, onde Håkon fora criado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho consistiu em analisar os elementos-chave que compunham a história de Harald através das sagas, de forma a compreender a construção de seu reino. Apesar de a historiografia moderna rejeitar completamente as sagas como verdade absoluta, as mesmas possuem significado e valor historiográficos. São produto da cultura oral de uma sociedade e ao se entender a importância da narrativa como memória coletiva, as sagas setransformam em documentos que registram os valores positivos e negativos que justificam e legitimam o poder.

Apontada como principal fator que teria levado à migração e colonização das ilhas do Atlântico Norte, a tirania de Harald certamente foi exagerada por aqueles que a relataram,⁹⁰ provavelmente com o objetivo de engrandecer a imagem do ‘rei fundador’. Neste trabalho procurou-se mostrar que as resistências ao monarca eram, principalmente, fruto da inconformidade diante do desrespeito aos costumes legais e hierárquicos. Foi possível também explorar, mesmo que superficialmente, esses costumes.

Foram abordadas, ainda, as relações entre o rei e seus subordinados, e a autonomia e liberdade com que estes exerciam o poder em seus domínios, bem como as limitações que as circunstâncias políticas impunham. Assim, era possível que *jarlar* e *goðar* ostentassem poder e riquezas, ainda que, paradoxalmente, alguns reis terem sido rebaixados a *jarlar* e reconhecerem a soberania de Harald. Esta relação abre a possibilidade para um estudo mais aprofundado e até mesmo para uma comparação entre o relato das sagas e as evidências arqueológicas da época, ou posteriores.

Outro aspecto evidenciado foi o da transformação das terras alodiais e hereditárias em domínios do reino que se formava. Mais especificamente, estas terras passavam a pertencer ao rei, o que levou alguns a abandonarem suas possessões para conseguir terras livres de taxas e impostos.

Bastante importante também é a função tradicional das *þing* e a maneira como foram praticamente ignoradas ao longo das duas narrativas. Aparentemente de pouca significância nas sagas, a historiografia moderna, entretanto, aponta a assembleia como o principal *locus* do poder coercitivo nas sociedades nórdicas.⁹¹ Tal divergência enseja uma pesquisa mais aprofundada, a ser desenvolvida futuramente, sobre o papel que desempenhou esse

⁹⁰ BYOCK, *op. cit.*, p. 83.

⁹¹ ROESDAHL, *op. cit.*, p. 56-57.

mecanismo durante o período e porquê os autores das sagas teriam diminuído sua importância.

A relação entre o rei e seus subordinados aparece calcada numa dinâmica de proteção e provisão de recursos e terras, ou seja, riquezas, da qual depende a legitimação do monarca. A importância atribuída a essa capacidade do rei em demonstrar tal competência vai ao encontro do *Leviatã*, no qual a legitimidade depende do poder de fato.⁹² Ao longo desta monografia, pretendeu-se mostrar que Harald cuidou com especial zelo de demonstrar essa capacidade. Não há poder régio sem a aprovação dos subordinados e não há subordinados sem a existência de recompensas.

Por fim, retoma-se aquilo que abriu a exposição: a centralização do poder e a consolidação do reino da Noruega. As sagas analisadas idealizam um domínio completo de Harald sobre a Noruega, e é importante dizer que elas conseguiram eternizar essa imagem na história, até os dias de hoje. Embora os historiadores contemporâneos tenham questionado essa versão romântica e lendária, o fato é que nesse período ocorrem mudanças sem precedentes na história norueguesa, ao qual se associa o simbolismo da proeminência da figura de Harald como marco de uma profunda transformação daquela sociedade. A legitimação daqueles que se submetem ao rei é somada ao favorecimento garantido pelos seres sobrenaturais, a benção das *nornie* seu espírito guardião infalível. Isto representa as mudanças pelas quais passavam as sociedades escandinavas durante o século IX.

Segundo propõe o professor Sverre Bagge, a explicação para a consolidação de três reinos diferentes⁹³ parte da consolidação do poder em diferentes centros geográficos.⁹⁴ Na narrativa de Harald vemos Gyda mencionar a Dinamarca de Gorm e a Uppsala⁹⁵ de Eirik. Segundo a teoria de Bagge, a consolidação de um poder centrado em Kopenhagen e de outro em Uppsala erguia barreiras, bem como com relação a um poder centrado em Oslo. Surge, então, um poder mais forte que os outros.

Harald, considerado como o primeiro soberano de toda a Noruega funciona como símbolo desse poder proeminente. A migração e a colonização do Atlântico Norte corroboram e complementam esse simbolismo. Há a ascensão de um poder capaz de afugentar alguns e de coagir outros à submissão. Esta hipótese foge ao escopo deste trabalho, mas tal problemática tem aqui a primeira pedra para o estudo do período para além das sagas.

⁹²BAGGE, *op. cit.*, p. 148.

⁹³ Ao invés de um único grande reino que englobasse todos os diferentes, porém muito similares.

⁹⁴ BAGGE, Sverre. *Nationalism in Norway in the Middle Ages*. Disponível em:

<https://bora.uib.no/bitstream/handle/1956/648/Nationalism%20in%20Norway%20in%20the%20Middle%20Age%20s.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 de set. 2014.

⁹⁵

Conclui-se, então, que a ascensão de Harald acarretou mudanças que refletem a transformação da sociedade e alteram as instituições políticas. As sagas apontam o principal fator de resistência ao rei, como a disputa entre a ordem estabelecida e outra que modificava alguns costumes dos noruegueses. Compreende-se também a figura do rei como portadora de virtudes e simbolismos profundos, arraigados na cultura. Pode não ter sido o real unificador dessa sociedade, mas certamente Harald Hårfagre tornou-se o símbolo desta unificação nas narrativas islandesas.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias:

Egil saga Skalla-Grímssonar. Disponível em:
https://wikisaga.hi.is/index.php?title=Main_Page. Acesso em: 07 nov. 2014

STURLUSSON, Snorri. *Haralds saga ins Hárfagra* em Heimskringla. Disponível em:
<http://www.heimskringla.no/wiki/Heimskringla>. Acesso em: 07 nov. 2014

Bibliografia:

BAGGE, Sverre. *Nationalism in Norway in the Middle Ages*. Disponível em:
<https://bora.uib.no/bitstream/handle/1956/648/Nationalism%20in%20Norway%20in%20the%20Middle%20Ages.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 set. 2014.

_____. *From Viking Stronghold to Christian Kingdom: State Formation in Norway c. 900-1350*. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2010.

_____. *Society and Politics in Snorri Sturluson's Heimskringla*. California: University of California Press, 1991, 434 p.

BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: Do Ano Mil à Colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2011.

BOULHOSA, Patrícia Pires. *Icelanders and the Kings of Norway - Mediaeval Sagas and Legal Texts*. Leiden: Koninklijke Brill NV, 2005.

BRINK, Stephan e PRICE, Neil. *Viking World*. Abingdon: Routledge, 2008.

BYOCK, Jesse. *Viking Age Iceland*. Londres: Penguin Books, 2001.

FORTE, Angelo; ORAM, Richard; PEDERSEN, Frederik. *Viking Empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

FURRE, Berge. *História da Noruega: Século XX da Independência ao Estado de Bem-Estar Social*. Blumenau: Edifurb, 2006.

HELLE, Knut (org.). *Cambridge History of Scandinavia. Vol. 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HOLMAN, Katherine. *Dictionary of the Vikings*. Oxford: Scarecrow Press, 2003.

JAKOBSSON, Sverrir. *Defining a Nation: Popular and Public Identity in the Middle Ages*. *Scandinavian Journal of History* Londres. v. 24 n. 1. p. 91-101. 1999 e 2010. Disponível em:
http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03468759950115863#.VFxQ6_nF98E. Acesso em: 26 ago. 2014.

JONES, Gwyn. *A History of the Vikings*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

ROESDAHL, Else. *The Vikings*. Londres: Peguin Books, 1998.

SAWYER, P.H. *Kings and Vikings*. Abingdon: Taylor & Francis, 2002.

STEINSLAND, Gro. et al *Ideology and Power in the Viking and Middle Ages: Scandinavia, Iceland, Ireland, Orkney and the Faroes*. Leiden: KoninkijleBrill NV, 2011.

STENTON, Frank M. *Anglo-SaxonEngland*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

VIGFUSSON, Gudbrand (org.). *An Icelandic-English Dictionary Based on the MS.*

Collectionsofthe Late Richard Cleasby – EnlargedandCompleted. Disponível em:

<http://norse.ulver.com/dct/cleasby/index.html>. Acesso em: 07 nov. 2014

WINROTH, Anders. *The ConversionofScandinavia – Vikings, MerchantsandMissionaries in theMakingofNorthernEurope*. New Haven: Yale University Press, 2012, 238 p.

Declaração de autenticidade

Eu, Benjamin Constant Vianna Corrêa, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *As Sagas de Harald e de Egil: O Governo do Rei na Noruega* foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

_____ Brasília, 9 de dezembro de 2014.